

Tristes trópicos / Trópicos tristes: o olhar de fora

Luiz Roncari

RESUMO: Falarei aqui sobre minha tentativa de cruzar o olhar de fora de Lévi-Strauss sobre o Brasil e o mundo não europeu, *trópicos*, com o meu olhar de dentro sobre o seu livro, *Tristes trópicos*. Algumas datas são importantes para contextualizar o que irei expor: 1935-1939, anos das duas vindas de Lévi-Strauss ao país, quando ele realiza também as duas expedições junto aos índios do Mato Grosso: cadiuéis, bororos, nambiquaras, mondés; 1954-1955, quando ele escreve e publica o livro, cujas condições objetivas e subjetivas foram muito bem expostas por Emmanuelle Loyer,¹ livro fundamental para o estudo do autor e sua obra; e 2018, ano desta reflexão e conferência, num momento em que tudo o que tinha alguma solidez nas nossas ciências humanas e no país parecia estar se desmanchando no ar. Esse é um sentimento que Lévi-Strauss já prenunciava, e o livro também pode ser visto como um sintoma de seu **mal-estar**.² No título, o adjetivo, **tristes**, antecede o substantivo, **trópicos**, de modo que o julgamento conclusivo do que foi visto ganhava maior importância do que o objeto: uma variedade geográfica e cultural enorme, que ia do extremo Oriente às Américas. Eu experimentei a sua inversão, antecedendo o substantivo, os lugares, com o objetivo de verificar se o estado anímico conclusivo que ele provocava no etnólogo, que o apreciava a partir de um olhar europeu, era um fato de permanência, estrutural, ou só transitório.

1. LOYER, Emmanuelle. *Lévi-Strauss*. Tradução de André Telles. São Paulo: Edições Sesc, 2018, p. 377.

2. No sentido inclusive do estudo freudiano, de 1930, “O mal-estar na civilização”. Cf. FREUD, Sigmund. *Obras completas*, vol. 18. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ABSTRACT: I'm going to talk about my attempt to intersect the look from the outside of Lévi-Strauss about Brazil and the non-European world, *tropiques*, with my look from the inside about his book, *Tristes Tropiques*. Some dates are important to contextualize what I'm about to expose: 1935 and 1939, when Lévi-Strauss came to Brazil and did his two expeditions throughout Mato Grosso with the indigenous people: cadiuéus, bororos, nambiquaras, mondés; 1954-1955, when he writes and publishes his book, whose objective and subjective conditions were very well exposed by Emmanuelle Loyer in a fundamental study about both the author and his work; and finally 2018, year of the writing of this paper, when everything that sounded solid about our human sciences and Brazil seemed to be dismantling in the air. This is a feeling preannounced by Lévi-Strauss, and his book can also be read as a symptom of his **discomfort**. In the title, the adjective, **tristes**, precedes the noun, **tropiques**, in a way that the decisive judgement of what had been seen earned more importance than the object: an enormous geographical and cultural variety from the far East to the Americas. I tried out the inversion putting first the noun, the places, so that I could check if the conclusive mood it provoked in the ethnologist, who appreciated it from an European point of view, was a permanent, structural or just a transitory fact.

OS PRIMEIROS CONTATOS

Sempre tive vontade de dizer alguma coisa sobre este livro, *Tristes trópicos*, de Lévi-Strauss, desde a minha primeira leitura, no final dos anos 1960, quando ainda estudante de História na USP, e a academia reagia fortemente a ele ou o aceitava docemente, como a última moda chegada da França, junto à voga estruturalista. Um tempo em que eram quase leitura obrigatória para vestibular livros como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e outros, que reviam de forma crítica a história e a formação brasileira, a partir de novas formulações teóricas, como as de Weber, Marx e Keynes. De modo que muitas das observações feitas pelo autor sobre o Brasil não me eram estranhas, como o caráter predatório e mercantilista da colonização. O estranho era o silêncio entre um e outros: nem ele se referia a esses estudos revisivos e críticos do país (com exceção do livro de Roquete Pinto, *Rondônia*, mas que vinha de um contexto intelectual anterior), nem depois esses autores, novos no tempo, parece terem dado a devida atenção a ele. Esse é um fato que valeria a pena estudar, a repercussão de um sobre o outro e os possíveis aproveitamentos. Depois do AI 5, final de 1968, com o fechamento político e a cassação dos nossos principais professores, entre eles alguns dos autores acima mencionados, as reticências com o estruturalismo aumentaram e a cisão entre ele e uma visão marxista se aprofundou. De modo que a minha primeira leitura do livro foi feita com muitos pés-atrás, conturbada pela conjuntura política, embora o livro só tivesse alguns prenúncios do que viria a ser a doutrina estruturalista, que parecia se contrapor à diacronia e à história. Aqui isso acontecia num momento em que essa perspectiva de conhecimento, na Europa, já havia se acomodado com o existencialismo, embora ainda digladiasse com o marxismo.

Quando recebi o convite para a conferência, achei que era uma oportunidade de eu falar alguma coisa sobre algo tão inquietante, desde que foi publicado, tanto no contexto acadêmico europeu quanto no brasileiro, e ainda permanece. Mas só depois que já havia definido o assunto é que me dei conta da temeridade do que tinha feito. Eu, que não era etnólogo, nem linguista, psicanalista, filósofo ou antropólogo, mas apenas um estudioso da história e da literatura, interessado em Machado de Assis e Guimarães Rosa, sem nenhum domínio maior daquelas disciplinas mais afinadas com ele. E, à medida que refletia sobre o livro, a coisa ficava cada vez pior e mais complicada.

A mesma perplexidade que causara *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, no Brasil, que ninguém sabia direito o que era, se um livro de literatura ou de ciências, ao mesmo tempo

que reunia traços das duas, o livro de Lévi-Strauss causara na França, um verdadeiro rebuliço. Ele aparecia naquele universo cultural extremamente organizado e disciplinado, como a chegada de um OVNI ou do deus Dioniso, aquele que vinha para enlouquecer as mulheres, tirar tudo do lugar, desorganizar e bagunçar o coreto. Isso gerou um tal estardalhaço, que toda a intelectualidade acadêmica e não acadêmica via-se obrigada a se pronunciar sobre ele. Assim, os principais intelectuais europeus da época, de esquerda e de direita, escreveram a respeito: Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, André Breton, Georges Bataille, Marcel Camus, Merleau-Ponty, Maurice Blanchot, Gaëtan Picon, René Étiemble, Raymond Aron, e tantos outros menos citados entre nós. De forma que quem quisesse dizer alguma coisa nova a respeito do livro teria que passar necessariamente por essa fortuna de críticas e resenhas. Foi o que não fiz, pois isso demandaria um cuidado e um tempo de que não dispunha; do mesmo modo, valeria a pena um estudo comparativo de *Os Sertões* e *Tristes trópicos*; ficam aqui as sugestões para algum doutorando perdido nos cipós das possibilidades de tese. O primeiro teria suas repercussões no segundo? Esse é outro dos silêncios entre muitos que ainda existem sobre o livro. Talvez não, e os dois, creio, sejam antes sintomas premonitórios, em tempos e lugares diferentes, da insuficiência da ordem estabelecida no campo dos saberes, principalmente no das chamadas ciências humanas e de suas funções, pelo pensamento positivista das sociedades burguesas dos séculos XIX e XX. Essa agonia se expressa muito bem e culmina nos termos e nas propostas de Eduardo Viveiros de Castro: “A antropologia está pronta para assumir integralmente sua verdadeira missão, a de ser a teoria-prática da descolonização permanente do pensamento”.³

A TRISTEZA BRASILEIRA

Estaremos mesmo condenados à tristeza e a sermos assim classificados, inclusive por nós mesmos? É o que Paulo Prado discute em seu livro, de 1928, *Retrato do Brasil*,⁴ com o que concordará e para isso encontra boas razões: econômicas, psicológicas e sexuais.

3. E, um pouco depois: “O destino visado é duplo, ele também: aproximar-se do ideal de uma antropologia enquanto exercício de descolonização permanente do pensamento e propor um outro modo de criação de conceitos que não o ‘filosófico’, no sentido histórico-acadêmico do termo”. CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, 2018, pp. 20 e 32.

4. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização de Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, [1928] 2012.

A pergunta que o provoca é na verdade uma constatação da época, a de que o brasileiro era um triste, atribuída à herança deixada pelos descobridores e colonizadores portugueses, a melancolia dos que revelaram a colônia ao mundo e a povoaram; ele dizia assim: “Numa terra radiosa vive um povo triste”. Nem Paulo Prado nem Lévi-Strauss eram tristes, pois viam a terra como se estivessem fora dela, de um outro ponto de vista, dos que olhavam a planície do alto da montanha. Para Paulo Prado, alto e baixo eram na verdade referências culturais, baixos eram os que estavam fora dos padrões civilizatórios europeus, com os quais se identificava e procurava imitar. Para Lévi-Strauss, ele escreve o livro num momento em que estava redefinindo o seu saber e a atividade de antropólogo, de modo que a coisa era mais complexa. A tristeza se fundava, parece-me, no sentimento de transitoriedade que se vivia nessas regiões, de homens que nem bem se tinham estruturado social e culturalmente e já estavam deixando de ser o que eram e não sabiam ainda o que viriam a ser, diante das novas forças do capitalismo-colonial europeu, que questionavam os seus modos de ser. Isto, num momento em que o Velho Mundo precisava de novos mercados fornecedores de matérias-primas e de consumidores de seus produtos industriais e de infraestrutura, como ferrovias e usinas elétricas, e se autojustificava como civilizatório e modernizador. Era como explicavam e encobriam a sua missão na busca da posse e domínio das terras bárbaras ou primitivas.

Ao chegar a São Paulo, Lévi-Strauss, apreciando tanto a área rural como a cidade, se refere a um espírito malicioso, sem citar quem poderia ter sido – talvez um dos nossos cronistas ou viajantes que passaram pelas Américas, dos quais tinha sido grande leitor –, segundo o qual o Brasil era “uma terra que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização”; e continua: “Poder-se-ia, com mais acerto, aplicar a fórmula às cidades do Novo Mundo: elas vão do viço à decrepitude sem parar na idade avançada”. Em outros termos, ele dizia que nada aqui amadurecia, chegava a uma idade adulta e conhecia a formação. Depois ele cita o caso de uma estudante brasileira, que veio a ele em lágrimas após a sua primeira viagem à França e lhe disse que Paris lhe parecera suja, com seus prédios enegrecidos. E ele comenta a si mesmo e diz que a brancura e a limpeza eram os únicos critérios à sua disposição para apreciar uma cidade.⁵ Traduzindo, poderíamos dizer que ele fala, e com razão, da nossa impossibilidade de apreciar o envelhecimento, as marcas da passagem do tempo na sua contraditoriedade, mas ape-

5. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. 10ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 91.

nas como perda. O envelhecer não é visto como um fato ambíguo, também como uma capacidade de resistir e vencer ao tempo, um ganho, de modo que a antiguidade deixa de ser um valor, para ser apenas o fracasso de uma luta em vão a que nos destinaríamos. Era a melancolia de quem só se via destinado à morte e não à construção de algo maior do que a si próprio, uma nação ou um *locus amoenus*, pelo menos.

A *tristeza* para ele talvez significasse isto, o sentimento de vivermos a nossa condenação ao *presente*, ou então a de termos de buscar sempre o novo e o moderno e as suas frustrações. Desse modo, nas nossas férias, vamos à Europa visitar o antigo, *do outro*, já que não o apreciamos e destruimos o que seria nosso. Passeando hoje por Lisboa ou Milão, nós nos encantamos com a beleza e o bom funcionamento das ruas e largos de paralelepípedos, o leve abaulado das pedras e os desenhos do largo do Chiado, as calçadas amplas de pedras portuguesas, os bondes e as fachadas preservadas das lojas e casas antigas. Tudo o que já tivemos, embora em grau bem menor, também aqui em nossas cidades, e trocamos pelo asfalto e os automóveis, mais modernos, rápidos e, hoje, deficientes, pelos congestionamentos e poluições que provocam. Aquela europeia seria uma outra atitude diante das atrocidades do tempo e do presente, enquanto a nossa era a de recusarmos um passado válido de ser preservado e recordado, como fizeram os românticos europeus. Ao rejeitarem o presente burguês comercial, tinham as ruínas da sua Idade Média, para se inspirarem e onde transportarem a ação de seus romances. Como não a tínhamos para nossa evasão, só nos restava fugir para a frente, buscar o novo, ou idealizar a vida selvagem, voltar à vida da natureza, como fizeram os nossos românticos. Hoje, como nosso passado, ela está também em vias de destruição. Certa está a ficção científica, que foge para o espaço sideral ou para o virtual da internet.

A primeira coisa a notar é a percepção de Lévi-Strauss de como nos trópicos a apreciação da passagem do tempo era diversa da do mundo europeu. O vivido, no campo e nas cidades, não era como camadas que se superpunham e criavam um terreno cultural cumulativo complexo, onde os vestígios de cada período nunca se apagavam de todo e se mantinham vivos e presentes, *simultaneamente*. Eles se mantinham assim, como sombras sincrônicas que nos davam espessura e recordavam sempre a nossa identidade como humanos, seres culturais, com memória de todos os tempos passados de onde vínhamos. Aqui, o mesmo caráter predatório utilizado na exploração dos campos havia se transferido também para as cidades, as empresas imobiliárias eram imbuídas do mesmo espírito mercantilista e devastador das *plantations* coloniais. Assim, o tempo era percebido como um movimento destrutivo, que ia deixando atrás de si apenas ruínas que se justapunham até a próxima vaga modernizadora, que vinha para derrubar e construir uma novidade a ser logo

também condenada a virar ruína. Lévi-Strauss tinha aprendido com a geologia e a botânica. Observava como os terrenos eram constituídos por várias camadas que se superpunham para formar um todo complexo, composto pela coexistência simultânea de vários tempos diferentes num mesmo espaço. Assim como nele plantas de diferentes períodos conviviam lado a lado. A tristeza seria assim a infelicidade produzida pela sensação de se viver num tempo único, plano e raso, num puro presente, carente de passado, vazio de memória, e cujo moderno atual já poderia ser visto como a próxima ruína. Ser triste seria essa condenação ao presente perpétuo e não se ter para onde correr nem se evadir.

NO CORAÇÃO DO LIVRO

Mas o que tinha vindo buscar Lévi-Strauss no Brasil, além de procurar resolver alguns problemas de sua carreira profissional? O significado pessoal de sua vinda ao país e o da escrita do livro surpreendente são muito bem expostos por Emmanuelle Loyer, na sua biografia:

Tristes trópicos, redigido na raiva e recebido como uma “deflagração” naqueles meados dos anos 1950, é tentador ver nele primordialmente um grande *Livro do desassossego*. Sua mistura singular de desencantamento, deboche e sabedoria, a vibração moral contínua revestida por uma exigência introspectiva inquietam tanto quanto seduzem. Seduzem inquietando. Ao contrário de Fernando Pessoa, que assinou o seu livro com um de seus inúmeros heterônimos, *Tristes trópicos* tem um autor: Claude Lévi-Strauss, antropólogo, 46 anos, em férias de si mesmo por alguns meses, professor universitário marginalizado em seu país e em estado de flutuação; *midlife crisis* que acarreta um colocar em crise o mundo, a si e o pensamento em geral, depois da qual nada será como antes. Nem para ele, nem para aqueles, numerosos, que o terão lido. Dez anos após o fim da guerra, esse livro faz da etnologia uma “passagem e uma paixão”; dá celebridade ao etnólogo que se tornara escritor por acaso.

Centro da vida, centro da obra, *Tristes trópicos* é um livro-eixo, que reorganiza o tempo em torno de si e em si. Relato de retorno, grande livro proustiano, impõem sua própria relação com o tempo, o amor dos começos e a inquietude do futuro, cujo presente obstruído augura claramente a ladeira escorregadia. As núpcias com sua época, que continua a revelar, mesmo *a posteriori*, um *best-seller*, contrastam com a nítida dissociação biográfica e política operada por Lévi-Strauss com seu presente.⁶

6. LOYER, Emmanuelle. Op. cit., p. 377.

Porém, para nós, ele serve como um espelho onde encontramos uma outra imagem de parte de nós mesmos: os indígenas que visitou, com quem conviveu, que fotografou, estudou e procurou registrar como etnógrafo. Assim como ele, nós os vemos também como um pedaço de nosso passado, antes ainda de ser arruinado, mas já sabendo de sua condenação. Por isso as suas fotos não têm apenas um valor de registro documental, mas suscitam um sentimento de nostalgia, nós as olhamos como registros de uma harmonia próxima de se perder. De modo que elas falam tanto de seu objeto como do fotógrafo-autor, como bem observou Emmanuelle Loyer, citando o próprio autor:

Tristes trópicos “mostra não só o que está diante da câmera fotográfica, como o que está atrás. Não é uma visão objetiva de minhas experiências etnográficas, mas um olhar sobre mim mesmo, vivendo essas experiências”. Esse exercício de ex-centramento – ver-se olhando-se, ver-se como um outro – é uma das razões que explicam o fascínio intelectual experimentado, há gerações, com a leitura de *Tristes trópicos*. O modelo assumido e reverenciado por Lévi-Strauss é, no caso, aquele que ele considera o “fundador das ciências do homem”: Jean-Jacques Rousseau.⁷

Pelas suas fotos, parece que lhe interessava o índio brasileiro como uma lembrança também do que estaria mais próximo da humanidade nos seus primórdios. Eles viviam num estágio cultural no qual a distância entre os elementos do meio e os seres dos mundos vegetal, animal e humano não estava ainda firmada, pelo menos não era tão grande e substancial, eles coexistiam numa relativa harmonia. Esses homens conviviam com a terra, dormiam nus, direto no chão, usavam só os braços como apoio de cabeça e as pernas para aquecer as mãos, muitas vezes sem mesmo a esteira de palha trançada que faziam e a usavam como objeto cultural que poderia interpor-se ao contato direto do corpo com o solo. Assim, tinham os cabelos grossos e ensebados, sujos de terra, ciscos e folhas, o que mostrava como ainda não evitavam o que viríamos a considerar “sujeira”, *coisas incômodas fora do lugar*, assim como comiam os piolhos que catavam uns aos outros, por verem-nos como inimigos que os prejudicavam. O que dava aos seus banhos de rio, frequentes, uma outra utilidade que a da higiene e limpeza.⁸ A

7. Idem, p. 387.

8. Ver, sobre o assunto, *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry (4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967, p. 105).

mesma comunhão que tinham com a terra, tinham também com as águas, nelas concentravam-se no seu estar lúdico e prazeroso, eram momentos ricos de contatos pessoais, jogos e brincadeiras. Para a proteção do sol e da chuva também se cobriam com a própria vegetação, antes ainda de a usarem como matéria-prima do artesanato e das construções. Da mesma forma coexistiam com os animais que caçavam, domesticavam ou se alimentavam: araras, nambus, macacos, cotias.

As belas pinturas corporais e faciais, documentadas pelas fotos e desenhos feitos por ele ou, a seu pedido, pelos índios, tinham motivos que podiam ser abstrações e estilizações miméticas das peles de animais e das folhas e ramas de algumas plantas. Porém, também fugiam disso, podiam ser elementos de diferenciação deles com os animais, como elaborações que só o humano era capaz de compor, como se acreditassem que o homem também poderia ser um outro, diverso do que parecia. De modo que essas pinturas tanto poderiam dizer que eram iguais como distintas deles, como lhe confessa uma indígena, principalmente as de rosto, que produziam aqueles efeitos, nas palavras do autor, de “rendado espumante”.⁹ Elas criavam uma aparência própria, pouco mimética, quase de máscaras, como verdadeiras filigranas e arrecadas de linhas e pequenas figuras delicadas, que enchiam os espaços dados pelos próprios formatos dos seus respectivos componentes: olhos, nariz, boca, volumes das bochechas e maçãs do rosto. Essas pinturas os preenchiam ou circundavam, com variações nos dois lados da face, numa simetria própria, não especular, mas harmonizadas. Notam-se nelas traços de imitação e diferenciação, como artifícios. Para nós, hoje, admirando o rebuscado dos detalhes, ao mesmo tempo que as estranhamos, as achamos belas, mas pouco sabemos dos efeitos que provocavam entre eles: como reagiam a elas e o que os levava a caprichá-las, com tantos cuidados e níveis de detalhamento? O que tinham em vista e esperavam provocar nos outros, próximos ou distantes? Se o faziam para uma confirmação própria, como seres humanos, de que tinham alguma espécie de distinção do outro ou dos animais, ou só o dom dessa virtude, do disfarce e de poderem também ser um outro?

Embora Lévi-Strauss se fizesse radicar na tradição de Rousseau, o seu índio não era um sujeito idealizado, nem na imagem nem na ética, na linhagem do “bom selvagem”, um sujeito inocente vivendo em plena harmonia e igualdade, entre eles e a natureza, “o índio profeta da Revolução”:

9. Isso é ressaltado na bela capa da primeira edição: *Tristes tropiques*. Col. Terre Humaine. Paris: Librairie Plon, 1955.

Em Rousseau, Lévi-Strauss aprecia conjuntamente o etnólogo, “o índio profeta da Revolução”, como o chama, o botânico feliz, o músico, o suscetível, o sensível, o escorchado vivo, o apaixonado pela natureza, o pensador político, mas sobretudo o que descobriu, “com a identificação, o verdadeiro princípio das ciências humanas e o único fundamento possível da moral: também nos restituiu seu ardor, há dois séculos, e para sempre fervente nesse crisol onde se unem seres que o amor-próprio dos políticos e dos filósofos faz de tudo, em toda parte, para tornar incompatíveis: o eu e o outro, minha sociedade e as outras sociedades, a natureza e a cultura, o sensível e o racional, a humanidade e a vida”.¹⁰

Desde muito já se sabia da dominância também entre os índios da guerra, da crueldade e do canibalismo. O que ele parece acrescentar, a partir de suas observações sobre as estruturas elementares da vida social indígena, como as relações de parentesco muito diversas das nossas, é como vigoravam também entre eles as diferenças e desigualdades, apesar da vivência comunitária. Embora aquelas se dessem de modo distinto da nossa, segundo ele diz:

Nossa concepção de riqueza é principalmente econômica; por mais modesto que seja o nível de vida dos Bororo, entre eles como entre nós não se trata de um nível idêntico para todos. Alguns são melhores caçadores ou pescadores, têm mais sorte ou são mais engenhosos do que outros. Observam-se em Quejara indícios de especialização profissional.

O mesmo se dava também entre os diferentes grupos: “A riqueza estatutária dos clãs é de natureza diversa. Cada um possui um capital de mitos, tradições, danças, funções sociais e religiosas. Por sua vez, os mitos fundamentam privilégios técnicos que são um dos traços mais curiosos da cultura bororo”.¹¹ Com isso, as desigualdades não eram só de funções e papéis entre homens e mulheres, mas também as suas divisões em clãs, grupos de famílias com direitos diversos, e a existência de hierarquias internas, que atribuíam também funções e direitos diferentes a cada um, como, por exemplo, a posse de mais ou menos mulheres, principalmente aos chefes e xamãs.

Que conclusões podemos tirar desse livro, escrito por um dos mais importantes antropólogos modernos sobre o Brasil, no início de sua carreira? A primeira, para mim, talvez seja a de que é um livro ainda a ser estudado e entendido devidamente

10. Idem, pp. 387 e 388.

11. LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., pp. 210 e 211.

dentro e a partir de nossa perspectiva intelectual. Eduardo Viveiros de Castro e seu grupo de antropólogos, com seus estudos sobre os Araweté, como *Um povo tupi da Amazônia* (São Paulo: Edições Sesc, 2017) e *Metafísicas canibais*, avançaram muito quanto à pesquisa sobre os indígenas brasileiros. No entanto, falta muito ainda para lhes dar a devida atenção e compreendê-los num contexto cultural mais amplo, que seria o das nossas interpretações gerais do Brasil e com relação a elas. Aqui o país seria visto como uma das particularidades dos “trópicos”, na sua luta paradoxal e agônica para imitar e se libertar ao mesmo tempo da sujeição colonial e neocolonial, tanto no plano econômico-financeiro como no das artes, literatura e mentalidades. Como sobreviver a essas forças devastadoras do neoliberalismo? A visão que Lévi-Strauss elabora de nós em seu livro, das nossas ruínas, dos horrores produzidos por tais forças destrutivas nos campos e nas cidades, das nossas elites mambembes¹² e de nossos indígenas, deveria nos ajudar a reformularmos a nossa autoimagem e a sua ciclotimia, algumas vezes ufanista e solar, outras triste e lunar, uma e outra pouco realistas. Só assim, a partir de um realismo crítico, poderíamos fundamentar para nós mesmos uma nova visão e um novo caminho a ser ainda construído.

São Paulo, 14 de setembro de 2018

Luiz Roncari é professor sênior de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo. Autor, entre outros, de *Lutas e auroras: os avessos do Grande Sertão: Veredas* (Editora Unesp, 2018); *Buriti do Brasil e da Grécia: patriarcalismo e dionisismo no sertão de Guimarães Rosa* (Editora 34, 2013); *O cão do sertão* (Editora Unesp, 2007); *O Brasil de Rosa: o amor e o poder* (Editora Unesp, 2004); e *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos* (Edusp, 2002).

12. “Protegida dessa fauna de pedra, a elite paulista, tal como suas orquídeas prediletas, formava uma flora indolente e mais exótica do que imaginava. Os botânicos ensinam que as espécies tropicais incluem variedades mais numerosas que as das zonas temperadas, embora, em contrapartida, cada uma seja formada por um número às vezes muito pequeno de indivíduos. O ‘grã-fino’ local levava ao extremo essa especialização.” Idem, p. 95.